



Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 681, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2014

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267 de 24 de outubro de 2013, Portaria nº 25 de 03 de fevereiro de 2014, no uso de suas atribuições, resolve:

Tornar sem efeito a publicação a publicação do projeto desportivo no processo 58701.002955/2014-98, divulgado na Deliberação nº 681, de 23 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 249, Seção 1, página 100 de 24 de dezembro de 2014.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

DELIBERAÇÃO Nº 701, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Dá publicidade ao projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 10/02/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação do projeto desportivo, relacionado no anexo I, aprovado na reunião ordinária realizada em 10/02/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002811/2014-31
Proponente: Associação de Basquetebol do São Braz
Título: Basquete Curitiba Sub 22
Registro: 02PR081332011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 06.165.339/0001-24
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor aprovado para captação: R\$ 465.058,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3262 DV: X
Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 31720-9
Período de Captação até: 31/12/2015

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 58701.001069/2014-47
No Diário Oficial da União nº 244, de 17 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 94 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 678/2014, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R\$ 1.838.724,10, leia-se: Valor aprovado para captação: R\$ 1.849.587,79.

Processo Nº 58701.002931/2014-39
No Diário Oficial da União nº 251, de 29 de dezembro de 2014, na Seção 1, página 49 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 683/2014, ANEXO I, onde se lê: Valor aprovado para captação: R\$ 1.035.120,00, leia-se: Valor aprovado para captação: R\$ 1.030.365,74.

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 14, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional Aparados da Serra nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Processo nº 02070.001746/2014-46).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC, o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das Unidades de Conservação, bem como o apoio a participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando o Decreto nº 47.446, de 17 de dezembro de 1959, que criou o Parque Nacional Aparados da Serra e as alterações contidas no Decreto Federal nº 70.296 de 17 de março de 1972, nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina;

Considerando a Portaria IBAMA nº 26, de 21 de maio de 2003, que criou o Conselho Consultivo do Parque Nacional Aparados da Serra;

Considerando a Portaria ICMBio nº 33, de 2 de março de 2012, que modificou a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional Aparados da Serra;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo nº 02070.001746/2014-46, resolve:

Art. 1º Os artigos 2º e seguintes da Portaria ICMBio nº 33, de 2 de março de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho Consultivo do Parque Nacional Aparados da Serra é composto pelas seguintes representações do Poder Público e da Sociedade Civil:

I - DO PODER PÚBLICO

a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

b) Instituto Federal Catarinense/Campus Sombrio - IFC-Sombrio, sendo um titular e um suplente;

c) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, sendo um titular e um suplente;

d) Defesa Civil de Jacinto Machado/SC - DC/JM, sendo um titular e um suplente;

e) Secretaria de Estado de Turismo/RS - SETRU, sendo um titular e um suplente;

f) Parque Estadual do Tainhas/Estação Ecológica de Aratinga - SEMA/RS, sendo um titular e um suplente;

g) Comando Ambiental da Brigada Militar/Caxias do Sul - CABM, sendo um titular e um suplente;

h) Secretaria Municipal de Turismo de Cambará do Sul/RS - SMT/CS, sendo um titular e um suplente;

i) Secretaria Municipal de Turismo de Praia Grande/SC - SMT/PG, sendo um titular e um suplente;

j) Secretaria Municipal de Agricultura de Praia Grande/SC - SMA/PG, sendo um titular e um suplente;

k) Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo de Jacinto Machado/SC - SMICT/JM, sendo um titular e um suplente;

l) Secretaria Municipal de Turismo de Mampituba/RS - SMT/MT, sendo um titular e um suplente;

m) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI/SC sendo titular, e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR-EMATER/RS como suplente.

II - DA SOCIEDADE CIVIL

a) Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - CERBMA/RS, sendo um titular e um suplente;

b) Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, sendo um titular e um suplente;

c) Refúgio Ecológico Pedra Afiada - REPA, sendo um titular e um suplente;

d) Guia Aparados da Serra - GAS, sendo um titular e um suplente;

e) Instituto Curicaca - IC, sendo um titular e um suplente;

f) Federação Gaúcha de Montanhismo - FGM, sendo um titular e um suplente;

g) Conselho Municipal de Turismo de Cambará do Sul/RS - COMTUR, sendo um titular e um suplente;

h) Associação de Condutores Locais de Ecoturismo e Turismo de Aventura de Cambará do Sul/RS - ACONTUR, sendo um titular e um suplente;

i) Associação Tigre Preto de Condutores Locais e Guias de Turismo - ATP, sendo um titular e um suplente;

j) Associação de Moradores Nossa Senhora Mãe dos Homens - AMNSMH, sendo um titular e um suplente;

k) Associação de Remanescentes de Quilombo São Roque - ARQSR, sendo um titular e um suplente;

l) Sindicato dos Produtores Rurais de Jacinto Machado/SC - SPR/JM, sendo um titular e um suplente;

m) ONG Sócios da Natureza - OSN, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho do Parque Nacional Aparados da Serra é presidido pelo chefe ou responsável institucional, que indicará seu suplente. Art. 3º O Conselho deverá rever seu regimento interno, caso necessário.

Art. 4º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

PORTARIA Nº 15, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra Geral nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (Processo nº 02070.001746/2014-46).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 7.515, de 08 de julho de 2011, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente e pela Portaria nº 304, de 28 de março de 2012, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2012,

Considerando o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, bem como no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentou;

Considerando o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto nº 5.758/2006, que prevê como estratégias para aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC, o estabelecimento e a promoção do funcionamento dos conselhos das Unidades de Conservação, bem como o apoio a participação efetiva dos representantes das comunidades locais nos conselhos;

Considerando o Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social;

Considerando o Decreto nº 531, de 20 de maio de 1992, que criou o Parque Nacional da Serra Geral, nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina;

Considerando a Portaria IBAMA nº 26, de 21 de maio de 2003, que criou os Conselhos Consultivos do Parque Nacional Aparados da Serra e da Serra Geral;

Considerando a Portaria ICMBio nº 115, de 26 de dezembro de 2011, que modificou a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra Geral; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação no Processo nº 02070.001746/2014-46, resolve:

Art. 1º O art. 2º e seguintes da Portaria ICMBio nº 33, de 2 de março de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho Consultivo do Parque Nacional Aparados da Serra é composto pelas seguintes representações do Poder Público e dos segmentos da Sociedade Civil:

I - DO PODER PÚBLICO

a) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

b) Instituto Federal Catarinense/Campus Sombrio - IFC-Sombrio, sendo um titular e um suplente;

c) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, sendo um titular e um suplente;

d) Defesa Civil de Jacinto Machado/SC - DC/JM, sendo um titular e um suplente;

e) Secretaria de Estado de Turismo/RS - SETRU, sendo um titular e um suplente;

f) Parque Estadual do Tainhas/Estação Ecológica de Aratinga - SEMA/RS, sendo um titular e um suplente;

g) Comando Ambiental da Brigada Militar/Caxias do Sul - CABM, sendo um titular e um suplente;

h) Secretaria Municipal de Turismo de Cambará do Sul/RS - SMT/CS, sendo um titular e um suplente;

i) Secretaria Municipal de Turismo de Praia Grande/SC - SMT/PG, sendo um titular e um suplente;

j) Secretaria Municipal de Agricultura de Praia Grande/SC - SMA/PG, sendo um titular e um suplente;

k) Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo de Jacinto Machado/SC - SMICT/JM, sendo um titular e um suplente;

l) Secretaria Municipal de Turismo de Mampituba/RS - SMT/MT, sendo um titular e um suplente;

m) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI/SC, sendo titular, e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR-EMATER/RS como suplente.

II - DA SOCIEDADE CIVIL

a) Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - CERBMA/RS, sendo um titular e um suplente;

b) Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, sendo um titular e um suplente;

c) Refúgio Ecológico Pedra Afiada - REPA, sendo um titular e um suplente;

d) Guia Aparados da Serra - GAS, sendo um titular e um suplente;

e) Instituto Curicaca - IC, sendo um titular e um suplente;

f) Federação Gaúcha de Montanhismo - FGM, sendo um titular e um suplente;

g) Conselho Municipal de Turismo de Cambará do Sul/RS - COMTUR, sendo um titular e um suplente;

h) Associação de Condutores Locais de Ecoturismo e Turismo de Aventura de Cambará do Sul/RS - ACONTUR, sendo um titular e um suplente;

i) Associação Tigre Preto de Condutores Locais e Guias de Turismo - ATP, sendo um titular e um suplente;

j) Associação de Moradores Nossa Senhora Mãe dos Homens - AMNSMH, sendo um titular e um suplente;

k) Associação de Remanescentes de Quilombo São Roque - ARQSR, sendo um titular e um suplente;

l) Sindicato dos Produtores Rurais de Jacinto Machado/SC - SPR/JM, sendo um titular e um suplente;

m) ONG Sócios da Natureza - OSN, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho do Parque Nacional da Serra Geral é presidido pelo chefe ou responsável institucional, que indicará seu suplente.

Art. 3º O Conselho deverá rever seu regimento interno, caso necessário.

Art. 4º O Conselho elaborará o seu Plano de Ação e avaliará a efetividade de seu funcionamento.

Parágrafo único. O Plano de Ação e o resultado da avaliação do Conselho devem ser enviados à Coordenação Geral de Gestão Socioambiental para fins de acompanhamento".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO RICARDO VIZENTIN

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO COMITÊ GESTOR DO ESOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

O COMITÊ GESTOR DO eSOCIAL, no uso das atribuições previstas no art. 5º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, e, considerando o disposto no art. 41 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, no art. 1º da Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965, no art. 14-A da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, no art. 8º da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, no art. 11 do Decreto-Lei nº 1.968, de 23 de novembro de 1982, no art. 24 da Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, no art. 23 da Lei nº 8.036 de 11 de maio de 1990, nos incisos I, III e IV do caput e nos §§ 2º, 9º e 10 do art. 32 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos arts. 22, 29-A e 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, no art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, nos arts. 219, 1.179 e 1.180 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nos arts. 10 e 11 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no § 3º do art. 1º e no art. 3º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, no art. 4º da Lei nº 12.023, de 27 de agosto de 2009, no Decreto nº 97.936, de 10 de julho de 1989, no Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 e no Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Fica regulamentado o eSocial como instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, que padroniza sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo Ambiente Nacional, composto por:

I - escrituração digital contendo os livros digitais com informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;

II - sistemas para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e

III - repositório nacional contendo o armazenamento da escrituração.

Parágrafo único. As informações prestadas pelos empregadores serão enviadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e armazenadas no ambiente nacional.

Art. 2º O eSocial é composto pelo registro de informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas agrupadas em eventos que contém:

I - dados cadastrais dos empregadores, inclusive domésticos, da empresa e a eles equiparados em legislação específica e dos segurados especiais;

II - dados cadastrais e contratuais de trabalhadores, incluídos os relacionados ao registro de empregados;

III - dados cadastrais, funcionais e remuneratórios dos servidores titulares de cargos efetivos amparados em regime próprio de previdência social, de todos os poderes, órgãos e entidades do respectivo ente federativo, suas autarquias e fundações, dos magistrados, dos membros do Tribunal de Contas, dos membros do Ministério Público e dos militares;

IV - dados cadastrais dos dependentes dos empregados, inclusive domésticos, dos trabalhadores avulsos e dos segurados dos regimes geral e próprios de previdência social;

V - dados relacionados às comunicações de acidente de trabalho, às condições ambientais do trabalho e do monitoramento da saúde do trabalhador e dos segurados relacionados no inciso III;

VI - dados relacionados à folha de pagamento e outros fatos geradores, bases de cálculo e valores devidos de contribuições previdenciárias, contribuições sociais de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, contribuições sindicais, FGTS e imposto sobre renda retido na fonte; e

VII - outras informações de interesse dos órgãos e entidades integrantes do Comitê Gestor do eSocial, no âmbito de suas competências.

§ 1º Os órgãos partícipes disciplinarão os procedimentos e os efeitos para que as informações prestadas no eSocial componham a base de cálculo para a apuração dos débitos delas decorrentes e a base de dados para fins de cálculo e concessão de benefícios previdenciários e trabalhistas em atos administrativos específicos das autoridades competentes.

§ 2º O disposto no caput não dispensa os obrigados ao eSocial da manutenção, sob sua guarda e responsabilidade, dos documentos, na forma e prazos previstos na legislação aplicável.

§ 3º As informações previdenciárias constantes do eSocial referem-se ao Regime Geral de Previdência Social e aos regimes próprios de previdência social previstos no art. 1º da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998.

§ 4º Os dados de que trata o inciso III do caput referem-se a ativos, aposentados, transferidos para reserva remunerada, reformados ou reincluídos, seus dependentes e pensionistas, devendo abranger também as informações de outras categorias de segurados amparados em regime próprio de previdência social com fundamento em decisão judicial ou em legislação específica do ente federativo.

Art. 3º Os eventos que compõem o eSocial obedecerão as regras constantes no Manual de Orientação do eSocial e serão transmitidos ao Ambiente Nacional nos seguintes prazos:

I - eventos iniciais e tabelas do empregador:

a) as informações relativas à identificação do empregador, de seus estabelecimentos e obras de construção civil deverão ser enviadas previamente à transmissão de outras informações;

b) as informações relativas às tabelas do empregador, que representam um conjunto de regras específicas necessárias para validação dos eventos do eSocial, como as rubricas da folha de pagamento, informações de processos administrativos e judiciais, lotações, relação de cargos, carreiras, patentes e funções, jornada de trabalho, horário contratual, ambientes de trabalho e outras necessárias para verificação da integridade dos eventos periódicos e não periódicos deverão ser enviadas previamente à transmissão de qualquer evento que requeira essas informações;

c) as informações relativas aos vínculos trabalhistas e funcionais mantidos no momento do início da obrigatoriedade da utilização do eSocial deverão ser transmitidas antes do envio de qualquer evento periódico ou não periódico e até o final do 1º (primeiro) mês de sua obrigatoriedade; e

d) as informações de atualização de identificação do empregador, dos estabelecimentos e das obras de construção civil de que trata a alínea "a" deverão ser enviadas até o dia 7 (sete) do mês subsequente ao de ocorrência da alteração, ou previamente à transmissão de qualquer evento que requeira essas informações para validação, o que ocorrer primeiro.

II - livro de eventos não periódicos:

a) as informações do registro preliminar de admissão do trabalhador devem ser enviadas até o final do dia imediatamente anterior ao do início da prestação do serviço, observado o disposto no § 1º deste artigo;

b) as informações da admissão do trabalhador e de ingresso e reingresso do servidor público de todos os poderes, órgãos e entidades do respectivo ente federativo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, suas autarquias e fundações, devem ser enviadas antes da transmissão de qualquer outro evento relativo a esse trabalhador ou até o dia 7 (sete) do mês subsequente ao da sua ocorrência, observado o disposto no § 2º deste artigo;

c) as informações de ingresso e reingresso do servidor titular de cargo efetivo de todos os poderes, órgãos e entidades do respectivo ente federativo, suas autarquias e fundações, amparado por Regime Próprio de Previdência Social, do magistrado, do membro do Tribunal de Contas, do membro do Ministério Público e do militar, devem ser enviadas antes da transmissão de qualquer outro evento relativo a esses segurados ou até o dia 7 (sete) do mês subsequente ao da sua ocorrência;

d) as informações da comunicação de acidente de trabalho devem ser enviadas até o 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da ocorrência e, em caso de morte, de imediato;

e) as informações de desligamento devem ser enviadas até o 1º (primeiro) dia útil seguinte à data do desligamento, no caso de aviso prévio trabalhado ou do término de contrato por prazo determinado;

f) as informações de desligamento devem ser enviadas até 10 (dez) dias seguintes à data do desligamento nos casos não previstos na alínea "e" deste inciso;

g) as informações do aviso prévio devem ser enviadas em até 10 dias de sua comunicação ao empregado;

h) as informações do afastamento temporário ocasionado por acidente do trabalho, agravado de saúde ou doença decorrentes do trabalho com duração de até 30 (trinta) dias devem ser enviadas até o dia 7 (sete) do mês subsequente;

i) as informações do afastamento temporário ocasionado por acidente de qualquer natureza, agravado de saúde ou doença não relacionados ao trabalho com duração de 3 (três) a 30 (trinta) dias devem ser enviadas até o dia 7 (sete) do mês subsequente;

j) as informações do afastamento temporário ocasionado por acidente de trabalho, acidente de qualquer natureza, agravado de saúde ou doença com duração superior a 30 (trinta) dias devem ser enviadas até o 31º dia da sua ocorrência, caso não tenha transcorrido o prazo previsto nas alíneas "h" ou "i";

k) as informações dos afastamentos temporários ocasionados pelo mesmo acidente ou doença que ocorrerem dentro do prazo de 60 (sessenta) dias e tiverem em sua totalidade duração superior a 30 (trinta) dias, independente da duração individual de cada afastamento, deverão ser enviados em conjunto até o 31º dia do afastamento, caso não tenha transcorrido o prazo previsto nas alíneas "h" ou "i";

l) as informações dos eventos não periódicos não relacionados nas alíneas "a" a "k" devem ser enviadas até o dia 7 (sete) do mês subsequente ao da sua ocorrência ou antes do envio dos eventos mensais de remuneração a que se relacionem, observado o disposto no § 2º deste artigo; e

m) as informações dos afastamentos temporários e desligamentos do servidor titular de cargo efetivo de todos os poderes, órgãos e entidades do respectivo ente federativo, suas autarquias e fundações, amparado por Regime Próprio de Previdência Social, do magistrado, do membro do Tribunal de Contas, do membro do Ministério Público e do militar, devem ser enviadas antes do evento que contém a remuneração devida no mês a que se refere o afastamento, ou até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao que ocorrerem quando não for devida remuneração na competência.

III - livro de eventos periódicos:

a) as informações das folhas de pagamento contendo as remunerações devidas aos empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais, bem como os correspondentes totais, base de cálculo e valores devidos de contribuições previdenciárias, contribuições sociais de que trata a Lei Complementar nº 110, de 2001, contribuições sindicais, FGTS e imposto sobre a renda devem ser enviadas até o dia 7 (sete) do mês subsequente ao que se referam;

b) as informações de folha de pagamento contendo os pagamentos realizados a todos os trabalhadores, deduções e os valores devidos do imposto de renda retido na fonte devem ser transmitidas até o dia 7 (sete) do mês subsequente ao do pagamento;

c) as informações relacionadas à comercialização da produção rural pelo segurado especial e pelo produtor rural pessoa física, com as correspondentes deduções, bases de cálculo e os valores devidos e retidos, devem ser transmitidas até o dia 7 (sete) do mês subsequente ao que se referam; e

d) as informações das remunerações e benefícios devidos e dos pagamentos realizados ao servidor titular de cargo efetivo de todos os poderes, órgãos e entidades do respectivo ente federativo, suas autarquias e fundações, amparado por regime próprio de previdência social, do magistrado, do membro do Tribunal de Contas, do membro do Ministério Público e do militar, bem como as bases de cálculo e valores devidos pelos segurados, beneficiários e pelo ente federativo das contribuições previdenciárias, devem ser enviadas até o dia 7 (sete) do mês subsequente ao que ocorrerem.

§ 1º O empregador pode optar por enviar todas as informações de admissão do trabalhador até o final do dia imediatamente anterior ao do início da prestação do serviço ficando, nesse caso, dispensado do envio das informações do registro preliminar do trabalhador.

§ 2º Antecipa-se o vencimento dos prazos de envio para o dia útil imediatamente anterior quando não houver expediente bancário nas datas indicadas nas alíneas "b" "c", "f", "h" a "k" e "m" do inciso II e no inciso III.

§ 3º Antecipa-se o vencimento do prazo de envio para o dia 7 (sete) do mês subsequente quando o 10º dia corrido de que trata a alínea "f" do inciso II deste artigo for posterior ao dia 7 (sete).

§ 4º As informações de remuneração do empregado referentes ao mês anterior, de que trata a alínea "a" do inciso III deste artigo, devem ser enviadas previamente às informações de desligamento deste empregado, nas hipóteses em que os vencimentos dos prazos previstos para envio do desligamento ocorram antes do dia 7 (sete) do mês subsequente.

§ 5º Na ausência de fatos geradores que obriguem o envio dos eventos periódicos previstos no inciso III, o obrigado ao eSocial deve enviar um evento específico informando que não possui movimento na primeira competência em que essa situação ocorrer, devendo tal informação ser ratificada na competência janeiro de cada ano enquanto permanecer essa situação.

§ 6º Os eventos que compõem o eSocial devem ser transmitidos mediante autenticação e assinatura digital utilizando-se certificado digital válido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

§ 7º Terão as rotinas de autenticação disciplinadas no Manual de Orientação do eSocial, não se aplicando o § 6º deste artigo, o Micro Empreendedor Individual - MEI com empregado, o segurado especial e os obrigados relacionados a seguir que possuam até 7 (sete) empregados:

I - empregadores domésticos;

II - micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional;

III - contribuinte individual equiparado à empresa; e

IV - produtor rural pessoa física.

§ 8º A transmissão e a assinatura digital dos eventos poderão ser feitas por procuradores com poderes outorgados de acordo com modelos adotados pelos órgãos e entidades integrantes do Comitê Gestor do eSocial.

§ 9º Aquele que deixar de prestar as informações no prazo fixado ou que a apresentar com incorreções ou omissões ficará sujeito às penalidades previstas na legislação.

Art. 4º O tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às empresas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, MEI com empregado, ao empregador doméstico, ao segurado especial e ao produtor rural pessoa física será definido em atos específicos.

Art. 5º Fica aprovada a versão 2.0 do Manual de Orientação do eSocial, disponível no sítio eletrônico do eSocial na Internet, no endereço <<http://www.esocial.gov.br>>.